

## “LIDANDO COM AS COISAS QUEBRADAS DA HISTÓRIA”

*José Alberione dos Reis\**

**Resumo:** Juntar as coisa quebradas do passado. Pode ser feito pelo mesmo, de forma quadrada, encerrada nos ditames acadêmicos e científicos. Sem autoria e sem compromisso social. Pode ser feito através do outro, de forma elíptica, inclusiva, reflexiva, com autoria explícita, com compromisso social e político e, também, empregando teorias e métodos do científico e do acadêmico. São fazeres diferentes, portanto.

**Palavras-chave:** arqueologia;arqueologia pública;compromisso social

“A opinião dos meninos assemelhava-se à dela [Baleia]. Agora olhavam as lojas, as toldas a mesa de leilão. E conferenciavam pasmados. Tinham percebido que havia muitas pessoas no mundo. Ocupavam-se em descobrir uma enorme quantidade de objetos. Comunicaram baixinho um ao outro as surpresas que os enchiam. Impossível imaginar tantas maravilhas juntas. O menino mais novo teve uma dúvida e apresentou-a timidamente ao irmão. Seria que aquilo tinha sido feito por gente? O menino mais velho hesitou, espiou as lojas, as toldas iluminadas, as moças bem vestidas. Encolheu os ombros. Talvez aquilo tivesse sido feito por gente. Nova dificuldade chegou-se ao espírito, soprou-a ao ouvido do irmão. Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. O menino mais novo interrogou-o com os olhos. Sim, com certeza as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes. Puseram-se a discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservava tão grande soma de conhecimentos. Livre dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. Não tinham sido feitas por gente. E os indivíduos que mexiam nelas cometiam imprudência. Vistas de longe, eram bonitas. Admirados e medrosos, falavam baixo para não desencadear as forças estranhas que elas porventura encerrassem”. (Graciliano Ramos, *Vidas secas*)

Rio Grande, 21 de novembro de 2006<sup>1</sup>

Queridos amigos

Início minha prosa dizendo que nossa primavera, por aqui, está muito esquisita. Já com

cara de verão. Diferente da de vocês, por aí, amazônica. Pois vou escrever motivado pelas lembranças daquelas nossas boas e longas conversas, lá em Maquiné, quando chovia muito e não podíamos ir trabalhar nos ensopados milharais.

\* Universidade de Caxias do Sul/Depto. de História e Geografia, tocchett.voy@terra.com.br  
(1) Este texto, aqui com algumas alterações, foi apre-

sentado no Vº Encontro da Regional SAB-SUL, em novembro de 2006, na cidade de Rio Grande/RS.

## Alguns prolegômenos

Lembro-me, principalmente, daquela trapalhada, quando fomos conversar com o sr. John Gambi. Ele nos afirmava que aquelas lascas de pedra tinham sido feitas pelos seus netos e que era tudo brinquito de criança. “Vocês nada mais têm de fazer naquele lugar e o melhor era que vocês vão embora”, dizia ele. Ora, vocês já tinham não só identificado as tais lascas como material arqueológico e, além disso, também registrado devidamente o local como sítio arqueológico. Porém, ficamos surpresos com a reação do sr. John Gambi. Voltamos para casa. Ficamos trocando idéias sobre como teriam sido os trabalhos de campo se fossem precedidos ou incluído neles, atividades que esclarecessem o que ali fazíamos e que teriam envolvido a pesquisa arqueológica num âmbito de compromisso social. Como isto não foi feito, tal reação era normal e não de surpresa, lembram.

Pois é com estas conversas e com esta cena na cabeça, desde aquele dia quente e nublado, que hoje escrevo para prosear com vocês sobre este tal de compromisso social da Arqueologia.

No mês passado, estive trabalhando numa escavação sob a coordenação do arqueólogo Paulo Alexandre, em Ivoti. É o campo do projeto de doutorado dele. Trata de temática que se relaciona com a imigração alemã. Pois, durante os trabalhos de campo, que se intercalaram, num mesmo dia, com temperaturas que variavam de 6° a 32° graus, crianças de várias idades e tamanhos visitavam o sítio. Acompanhados das professoras, lindas! Numa das visitas, com a gurizada louca pra se atirar dentro das quadrículas, uma professora indagou: “O que eles estão fazendo aí dentro destes buracos?” Rápido silêncio. Muitas respostas gritadas. Uma menina, de uns seis anos, assim respondeu: “Ora, professora, eles estão trabalhando com as coisas quebradas da História”. Confesso que me emocionei com esta resposta.

Quais parâmetros devemos clarear e estabelecer visando firmar compromisso social da Arqueologia brasileira com as pessoas que desejam e querem saber sobre os passados? (Bezerra de Almeida 2003)<sup>2</sup>

Antes de mais nada acho que é bom logo esclarecer o que posso entender por compromisso. Talvez até buscando outra palavra fora de moda, engajamento. Vocês são mocidade nova. Eu faço parte de uma geração que até botou a própria vida em jogo quando desafiada diante do engajamento, de assumir compromisso. Isto é, ato de obrigação assumido, empenhado, pactuado e de exposição ao risco que sustenta idéias e ações em relação a um fazer social, no nosso caso, chamado de Arqueologia. Pois como ainda estou fora das modas, mais do que compromisso social, gosto mais do engajamento social. Consiste na “participação ativa em assuntos e circunstâncias de relevância política e social, passível de ocorrer por meio de manifestação intelectual pública, de natureza teórica, artística (...), ou em atividade prática no interior de grupos organizados, movimentos, associações, etc.” Fui buscar este conceito no Houaiss (2001).

Ora, para dar um rumo a esta prosa, amigos, já lhes digo que ‘participação ativa’ em termos de compromisso e de engajamento social da Arqueologia, para mim, não passa por nenhum “re” Não acredito em nenhum prefixo “re” se assumimos um querer compromissado socialmente nos nossos fazeres arqueológicos. Isto é, refazer, reorganizar, reconstruir e os outros tantos “re” na nossa produção discursiva. Somos aque-

(2) “A Arqueologia Pública, tal como a compreendemos, engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de forma nossas pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público, ou seja, mais do que uma linha de pesquisa da disciplina, a Arqueologia Pública é inerente ao exercício da profissão” Bezerra de Almeida, 2003: 276).

les que fazem, organizam, constroem e até inventam o passado.<sup>3</sup> Os passados que construímos se presentificam nos textos que produzimos. Estes entranhados com sentidos de interpretação e inseridos em influências socioculturais, históricas e ideológicas (Orlandi 2000). Não é nas pontas de projétil e nem na pesada tecnotipologia de lascamento bifacial que engendramos passados. Respectivamente, estes tiveram lugar na Tradição Umbu e na Tradição Humaitá. Tiveram. Hoje, em novas formações discursivas, já se questiona se estas tradições existiram, assim, separadamente ou se correspondem a duas maneiras de fazer de um mesmo grupo humano. Neste movimento, às vezes, estes passados escapam pelas portas dos fundos da academia e ganham vida quando denominados de os Umbu e os Humaitá.

Bueno, vamos mudar o rumo desta prosa!

Vocês têm me contado as vicissitudes que estão passando por aí, em Calçoene, em função dos desafios que a multivocalidade (Gnecco 2001) tem cercado a pesquisa que estão realizando. Principalmente, advinda das pessoas que estão diretamente envolvidas por estarem morando e vivendo junto e próximo ao sítio. Dito de outro modo, fazer uma arqueologia quadrada, cientificamente amparada e encerrada apenas nos parâmetros acadêmicos, é fácil. Difícil é fazer uma arqueologia redonda, aberta e suscetível a multivocalidade advinda de pessoas simples, iletradas, do povo e que também querem falar e serem ouvidas em relação ao que a voz ciência da Arqueologia alarde como detentora da reconstrução do passado.

Juntar as coisas quebradas dos passados. Pode ser feito pelo mesmo, de forma quadrada, encerrada nos ditames acadêmicos e científicos. Sem autoria e sem com-

promisso social. Pode ser feito através do outro, de forma espiralada, labiríntica, inclusiva, reflexiva. Explicitamente com autoria, com compromisso social e político e, também, com teorias e métodos do âmbito científico e acadêmico. São fazeres diferentes, portanto.

### **Assuntando sobre o Mesmo e sobre o Outro**

Digo labiríntica e quadrada, parafraseando o que Thomas (1995: 355 e 358) se referiu como Arqueologia do Outro e Arqueologia do Mesmo, respectivamente. A discursividade arqueológica do Mesmo é aquela que carrega o perigo de nos convencer de que o passado foi justamente como sempre foi. Assenta-se na única fala dos fazeres técnicos e numa epistemologia cartesiana (Mrozowski 1999). É a supremacia da escavação. Os sujeitos discursivos estão ausentes ou escondidos. As teorias sorradeiras no implícito. As evidências da materialidade pesquisada são apresentadas como objetivas e universais em suas explicações. Especialistas são convocados a falar como respeitadas autoridades na geléia geral de esdrúxulas interdisciplinaridades. Ao universo do empírico é dada total prioridade calando o potencial arriscado das interpretações explicitamente teóricas. A Arqueologia do Mesmo afirma e sustenta lugares de poder (Foucault 1998) do pesquisador ou pesquisadora e das instituições produtoras das pesquisas.

Aqui volto a lembrar das nossas outras tantas conversas, à noite, depois dos banhos no rio Maquiné e de ter lavada tanta e toda a louça. Devorados pelos mosquitos famintos, tomávamos chimarrão e cachaça. Discutíamos sobre como escapar da tentadora malha fina e fácil do Mesmo para incluir engajamento com as coisas, lugares e pessoas (Cabral 2005) dentro do que nos propúnhamos fazer enquanto Arqueologia.

Abraçamos a Arqueologia do Outro quando estamos interpretando os passados sem

(3) **Construir:** criar (algo), juntando materiais variados em determinada forma, seguindo determinado projeto; fazer um trabalho de criação mental".

**Reconstruir:** formar novamente; devolver formato anterior a" (Houaiss, 2001).

procurar apenas possíveis identificações de como eles foram produzidos. Trata-se de considerar seus efeitos nas interpretações sobre eles feitas e sobre os usos que retornam contemporaneamente sobre estes passados. Acredito peremptoriamente que, quaisquer que sejam os passados, será sempre trabalho discursivo contemporâneo, contextualizado no presente e do presente (Fiorin 2004). Por isso, pluralizo. O potencial perigo dos passados enquanto Outro é que podem desestabilizar ou deslegitimar o presente produzido pelo Mesmo. A Arqueologia do Outro convoca e inclui alteridades, diferenças, identidades – a multivocalidade das pessoas engajadas na construção dos passados, inclusive a dos cientistas da Arqueologia. Aqui, a subjetividade explícita é desafiada a sair da toca e correr riscos de se expor. Interpretações teoricamente explícitas e conceitualmente clareadas se imbricam por dentro e através do universo empírico trabalhado. É a tal da 'atitude' que salienta Shanks (Pearson and Shanks 2001:08).

Quem somos nós enquanto pesquisadores e pesquisadoras? O que estamos querendo com nossos estudos? Por que e para quem construímos passados? Estas questões são insistentemente salientadas na Arqueologia do Outro.<sup>4</sup> Apontam para os tipos de Arqueologia que praticamos, os lugares de nossos engajamentos sociais e políticos, nossos afetos e nossas narrativas (Gilchrist 2005) em relação às diversas conexões das práticas arqueológicas. Estas, quando o Outro está em cena nas artesanias de passados, atuam na elucidação e interpretação sobre etnicidades e identidades; narrativas arqueológicas a serviço do Estado; patrimônio e nacionalismo (López Aguilar 2002); colonialismo, pós-colonialismo e exploração no âmbito de uma arqueologia do capitalismo (Lima 2002). É claro, ressaltando sempre que é na e a partir da materialidade que age a Arqueologia.

(4) Semelhantes questionamentos também já fazem parte da Antropologia (Descola, 2005).

Materialidade e imaterialidade estão sempre em diálogo e trocas quando se trata da Arqueologia do Outro. É uma práxis arqueológica que instiga uma vívida experiência de identidade social e de amplo engajamento político. "Vincula fluxos de poder e de diferença, seja isto nacional, racial, étnico, religioso, sexual, de gênero, de classe ou do que mais for" (Meskell 2002:293).

E o nosso público? (McManamon 2000) Não me refiro ao de origem acadêmica. Vocês aí, neste extremo da Amazônia, têm até sociedade secreta-exotérica criticando o fato de vocês ainda não saberem que fenícios e celtas já por estes lugares viveram. Que tal! Nosso público: é o sr. John Gambi, lá de Maquiné; são as crianças de Ivoti; são os grupos de pessoas que visitam a Arqueologia da Praça, em Porto Alegre, na Feira do Livro; são as educações patrimoniais; nossos alunos de licenciaturas que serão professores e formadores de futuros outros públicos; são aqueles que assistem os documentários exóticos e aventurecos do Discovery; são aquelas tantas pessoas que se aproximam, sestrosas e cabreiras, querendo saber quanto ouro já achamos e escondemos e o quanto ainda vamos ensacar nos nossos saquinhos numerados e o quanto que ainda será medido e identificado pelos aparelhos. Não tem como fugir da raia, ou troteia ou sai da estrada! "Ser um arqueólogo [arqueóloga] é, em outras palavras, um ato social" (Matthews 2004:1). Quem está a fim de fazer e de produzir enquanto Arqueologia do Outro só tem que escolher em que maior ou menor dimensão vai se envolver num engajamento social e político. O público só está nos cutucando!

Neste sentido, gostei da pergunta que fez Najjar (2002): diante dos grupos sociais com quem trabalhamos e convivemos nas nossas pesquisas, são nossos parceiros ou nossos rivais? Seja para estabelecer laços de parceria ou atar rivalidades o caminho é sempre difícil. São atos sociais, inexoravelmente. Pois, tanto os tais grupos sociais quanto nós, cientistas da Arqueologia, estamos, ao mesmo tempo, interessados e apoderados em

relação às interpretações e utilizações que serão feitas com os vestígios arqueológicos oriundos dos passados que construímos.

O que se infiltra entre parceria ou rivalidade é o clamor cada vez mais intenso dos grupos sociais para terem sua mutivocalidade incluída, incorporada e reconhecida na construção dos passados pelos fazeres arqueológicos. É o que Hodder (2003:56) denomina de forçar a Arqueologia no sentido da reflexividade. Isto significa que "a Arqueologia deve agora ser definida não como o estudo dos vestígios materiais do passado, mas como um particular modo de indagar sobre a relação entre as pessoas e seus passados" (Hodder 2003:62).

E quanto ao futuro? Respondendo, Wood (2002) afirmativamente acentua o caráter político da produção do conhecimento arqueológico. Apresentando e discorrendo sobre as pesquisas efetuadas pela autora e sua equipe em um projeto denominado Colorado Coal Field War Archaeology Project, Wood (2002:91) acentua o que entende por um engajamento político da pesquisa arqueológica: "Não há uma visão ou argumento que poderia ser certo ou errado. Para mim, uma engajada e transformadora arqueologia emerge desde um entendimento crítico e histórico do mundo. Desde nossa participação na construção de relações democráticas dentro de nossas salas de aula, dos sítios-escola e de nossos lugares de trabalho, ainda que nosso ativo engajamento em grupos de ações sócio-políticas esteja fora da academia".

Bueno! Parei um pouco para esquentar a água para o mate. Esta minha prosa está ficando comprida e pensar muito dói. Fiquei precisado de umas cuias de chimarrão para aliviar os pensamentos. Mas, vou em frente!

Enfim, amigos, termino por aqui estas achegas que se imiscuem nestas arqueologias. Quem sabe mais adiante nos encontraremos de novo para trocarmos opiniões sobre estes diferentes lugares discursivos. Para fechar, volto ao Thomas (1995:358) que alerta para o seguinte: "... é preciso estar atento

para escrever em dois diferentes tropos: a normalização e objetificação da Arqueologia do Mesmo ou a fragmentação e ruptura da Arqueologia do Outro".

Eu sou pela Arqueologia do Outro.

Elaboro, no prosseguimento, uma conexão entre o que antes disse sobre esta Arqueologia do Outro e o que tempos atrás pesquisei. Quero agora recordar para vocês - já que leram, mas esqueceram - dois tópicos da pesquisa que fiz para a confecção da tese<sup>5</sup> (Reis 2004) e que estão bem relacionados com esta prosa. Trata-se de algumas considerações sobre autoria e subjetividade no discurso arqueológico e sobre a inserção desta discursividade na realidade brasileira.

### **Autoria e subjetividade no discurso arqueológico**

Em relação a este tópico obtive dados esclarecedores sobre qual é a tradição do uso da pessoa na redação dos textos pesquisados. O que aqui apresento vem de encontro a uma das propostas da Arqueologia Pós-Processual. O destaque e a presença marcante do arqueólogo enquanto autor

(5) A proposta desta tese ancora-se empiricamente em um levantamento o mais exaustivo possível das teses e dissertações produzidas nos três centros formadores de profissionais em nível de pós-graduação, com área de concentração em Arqueologia, História e ou Pré-História. Estão localizados na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os locais da pesquisa foram as bibliotecas das respectivas instituições. Cada tese e dissertação selecionada nesta fase da pesquisa foram identificadas em fichamento específico. Num levantamento geral, que não tem a pretensão de ser completo e total, localizei 225 textos que englobam o conjunto das produções acadêmicas das três instituições, num período compreendido entre 1970 e 2001.

Também foram arroladas outras teses e dissertações produzidas nestas instituições. Porém, oriundas de outros departamentos ou institutos e em outras ciências, tais como História, Antropologia, Geografia e Biologia, que tenham contemplado temas da Arqueologia.

de textos. Salienta a subjetividade<sup>6</sup> desta autoria que se presentifica nas mais diversas produções discursivas.

Nestas, sobre autor e sujeito, acompanho algumas reflexões de Orlandi (2000). No discurso, a categoria sujeito e, no texto, a presença do autor implicando disciplina, organização e unidade. “Podemos então dizer que a autoria é uma função do sujeito” (Orlandi 2000: 74). Para autora, esta função-autor do sujeito é discursiva, produtora de textos, de linguagem. Dá visibilidade ao autor. Este “... é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz, etc.” (Orlandi 2000: 76).

Para além da subjetividade, também é possível se buscar pela marcante presença da emoção nos discursos arqueológicos sobre os passados (Tarlow 2000). Shanks e Tilley (1989) destacam que a discursividade arqueológica está fortemente marcada pelas individualidades dos arqueólogos. Manifestam uma subjetividade que atua do e no mundo, agindo no presente “... através de uma experiência autobiográfica...” (Shanks e Tilley 1989: 44). Um dos caminhos para elucidar tal subjetividade está no uso da pessoa na redação dos textos acadêmicos.

Num estudo sobre a pessoa no discurso científico, Coracini (1991) destaca o fato de que um autor tenta, no mais das vezes, assumir uma postura de quem observa à dis-

tância seu objeto de observação. Esta tentativa visa ausentar explicitamente a subjetividade do autor na pesquisa. No entanto, como ressalta Coracini (1991:105), nem sempre isto acontece: “Algumas vezes, os pronomes pessoais explicitam o sujeito enunciador: prova de que ele não consegue se esconder totalmente por detrás dos enunciados que profere”. Pode não se esconder, mas a depender da tradição do uso da pessoa no discurso, estará indeterminada. Tal situação vem demonstrada nos quadros seguintes. Nos textos oriundos da PUC e da UFPE predomina o emprego da terceira pessoa do singular e nos da USP o da primeira pessoa do plural.

**PUC**

<b>Pronome Pessoal</b>	<b>Quantidade</b>
3° Pessoa do Singular	8
1° Pessoa do Plural	4
1° Pessoa do Singular	2

**UFPE**

<b>Pronome Pessoal</b>	<b>Quantidade</b>
3° Pessoa do Singular	8
1° Pessoa do Plural	5
1° Pessoa do Singular	1

**USP**

<b>Pronome Pessoal</b>	<b>Quantidade</b>
1° Pessoa do Plural	21
3° Pessoa do Singular	16
1° Pessoa do Singular	6

(6) “Característica do sujeito; aquilo que é pessoal, individual, que pertence ao sujeito e apenas a ele (...)” (Japiassu e Marcondes, 1996:254). Tomando como referência a Análise do Discurso, sujeito é: “Resultado da relação com a linguagem e a história. O sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores. O sujeito é constituído a partir da relação com o outro (...). (...). Assim, a incompletude é uma propriedade do sujeito e a afirmação de sua identidade resultará da constante necessidade de completude” (Ferreira, 2001:22).

O uso da terceira pessoa do singular, nos quadros referentes à PUC e a UFPE, aponta para enunciados de alguém ou algo, não se referindo, porém, a uma determinada pessoa. Pode estar falando de infinitos sujeitos ou de nenhum. “A terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal” (Benveniste 1995:252).

Indursky (1997) caracteriza a terceira pessoa que o sujeito do discurso emprega, como sendo uma 'quarta-pessoa discursiva', aquela que "... produz a impessoalização desse sujeito: ele abdica de dizer eu, cedendo espaço para o acontecimento do discurso" (Indursky 1997:76). Esta quarta-pessoa simulará a ausência do sujeito na materialidade discursiva ao se representar por 'ele' ou pelo emprego do 'se'. É produzida uma ilusão que desvincula a produção do sujeito do discurso em relação aos respectivos acontecimentos discursivos. Isto é, estes acontecimentos vão sendo apresentados na discursividade como sendo independentes da ação produtora dos sujeitos. Assim, o uso da terceira pessoa, no que pode ser entendido neste conceito de 'quarta-pessoa', representa um modo de indeterminação da pessoa. "Ou seja, a quarta pessoa discursiva permite que o sujeito fale de si mesmo como se falasse de um outro, (...)" (Indursky 1997:87).

No quadro referente aos textos da USP, se destaca, em primeiro lugar, o uso da primeira pessoa do plural. "... são tradicionais em português enunciações com nós como forma de distanciamento do locutor (do eu). É o caso do nós no discurso científico que se constrói na primeira pessoa do plural" (Orlandi et al. 1989:51). Por este uso da primeira pessoa do plural, o autor se representa através de enunciados universais e seu discurso pode ser considerado seu, de todos ou de qualquer um.

O uso do 'nós' indetermina o agente. Refere-se a um grupo de pessoas, dentre elas a do próprio autor. Através do 'nós', o autor emprega os mais variados referentes, o que leva a ambíguos e descompromissados dizeres. Benveniste (1995) demonstrou que 'nós' não é propriamente um plural. Trata-se de um 'eu' ampliado que, nos seus ditos, abarca diversos enunciadorees. "... 'nós' não é uma multiplicidade de objetos idênticos mas uma junção entre o "eu" e o "não-eu", seja qual for o conteúdo desse "não-eu". (...) "Nós" se diz de u'a maneira para 'eu + vós' e de outra para 'eu + eles'" (Benveniste 1995:256). O 'nós' é trânsito por fronteiras móveis,

descompromissadas, indefinidas. Permite referenciais indeterminados, implícitos. "Dado que nós designa conjuntos lexicalmente não-nomeados, nós os entendemos como uma não-pessoa-discursiva" (Indursky 1997:66). De acordo com a autora, o 'nós' enquanto 'não-pessoa', consistiria de uma associação entre o 'eu' e um referente lexical não-especificado.

Bem, pelo acima apresentado, há uma tradição discursiva nos textos pesquisados que acentua uma indeterminação dos autores nas suas discursividades. É uma tradição de fronteiras flutuantes e ambíguas. Pode justificar ou comprovar uma deliberada atitude de descompromisso dos arqueólogos brasileiros ao assumirem implicitamente seus lugares subjetivos em suas produções discursivas. Isto é, os lugares do 'nós' e do 'se' são os preferidos da Arqueologia do Mesmo.

Apontando para uma ultrapassagem e sedimentação desta fluidez descompromissada em indeterminações, diz Ribeiro (2003:98):

Se nossa linguagem é tão próxima da natural (sem impedir, porém, que certos textos sejam herméticos e de difícil compreensão ao leigo), é porque está na essência mesma das ciências do homem a passagem do discurso-sobre ao discurso-com e por vezes ao discurso-de. Em outras palavras, o sentido essencial de nossas ciências é o de efetuar a translação da terceira pessoa do discurso, [ou as indeterminações da pessoa] no qual ela opera inicialmente (falando dos homens como "eles"), para uma linguagem dialogada e, finalmente, para uma primeira pessoa.

A partir de dados sobre os principais usos da terceira pessoa do singular e da primeira pessoa do plural, na tradição discursiva pesquisada, fica elucidado uma confirmação de uma subjetividade implícita. O emprego destas pessoas sustenta um 'nós' e um 'ele' de indeterminação, impessoalidade e universalidade que exime o sujeito autor e produtor da pesquisa arqueológica de compromis-

tos subjetivos e ou políticos na construção de passados.

### **Inserção desta discursividade na realidade brasileira**

Dentre as principais reivindicações para com as pesquisas arqueológicas propugnadas pela Arqueologia Pós-Processual, está o comprometimento político do arqueólogo enquanto subjetividade envolvida na construção dos passados e enquanto estabelecimento de uma relação pessoal, social e política com o tempo. Por esta verve, concordo com o que diz Tilley (1995:106): "Como a Arqueologia é um relacionamento entre passado e presente mediado por indivíduos, grupos e instituições, isto tem uma relevância contemporânea. Inevitavelmente toma um caráter político e ideológico". Este caráter vem sendo acentuado no âmbito da denominada Arqueologia Pública.<sup>7</sup> Provoca um assumir cada vez maior para com as responsabilidades sociais e políticas da pesquisa arqueológica (Funari 2002a; 2002b; Oliveira, 2002).

É neste âmbito que incluo o que aqui denomino de contextualização da pesquisa arqueológica na realidade brasileira. O que entendo por realidade brasileira? Tudo o que pode ser estudado, pensado e produzido sobre a problemática do ser brasileiro, a partir da análise e interpretação de aspectos sociais, econômicos, políticos, ideológicos e culturais. Um destaque é dado à questão da cidadania no Brasil. São enfocadas, prioritariamente, as possibilidades, limites e desafios da prática democrática em um país

marcado, historicamente, pela escravidão, pela exclusão social e cultural e pela desigualdade social. Tal enfoque visa perceber quais fatores são desencadeadores e estão implicados num discurso de negação da participação política na sociedade, de um lado e, de outro, interesse pela vida política nacional. Contextualizar pesquisas - a arqueológica também - é fornecer elementos analíticos que permitam pensar a cidadania, a democracia, o Estado e a sociedade no Brasil atual levando em conta os aspectos acima enfocados.

A pesquisa arqueológica tem alguma coisa a ver com isto tudo? Trabalhar com arqueologia histórica e ou arqueologia pré-histórica juntando com cidadania no Brasil atual? Pode? Quem assim pergunta está na verve da Arqueologia do Mesmo. Não só pode como deve. Afirma a Arqueologia do Outro. Diz respeito ao que vem sendo conjugado no âmbito da Arqueologia Pública, da Educação Patrimonial e junto ao que é possível afirmar como compromissos sociais e políticos da Arqueologia. Tudo isto tem a ver. Afinal, para quem, qual e porque Arqueologia? Quais são e a quem pertence os patrimônios culturais (Funari e Pelegrini 2006) que se envolve e trabalha sempre a pesquisa arqueológica, atuando como ciência social na produção do conhecimento sobre os passados de uma nação, sejam estes no campo da arqueologia pré-histórica ou histórica? Aliás, não é uma questão de sobrenome da Arqueologia tal. Isto é, existiria uma arqueologia pré-histórica apolítica? A resposta é um solene não. Sobre isto, claros exemplos são apresentados em Ucko (1995) e em Shennan (1994). Enfim, é uma ação de engajamento, ou não, em termos de uma pesquisa que se envolva politicamente (Sandlin and Bey 2006; Hall, M. 2001; Salazar Peralta 2002).

Bem, no que pesquisei, Arqueologia e política ainda não se afinam. Buscava a identificação de aportes que contemplassem, de alguma maneira, contextualização da pesquisa arqueológica em relação à realidade brasileira. Dos 71 trabalhos pesquisados, 64 em nada se referiram e 7 apresentaram alguns tênues comentários.

(7) Recentemente – outubro/2006 - foi lançada no Brasil uma revista que contempla temáticas da Arqueologia Pública. Tendo Pedro Paulo Funari e Erika Marion Robrahn-González como editores a *Revista Arqueologia Pública* afirma que a Arqueologia Pública deve ser "entendida como ação com o povo, (...), permite que tenhamos uma ciência aplicada em benefício das comunidades e segmentos sociais. A nova revista está aberta a todos" (Funari e Robrahn-González, 2006:3).

Será que a realidade social e política brasileira está em silêncio e não está desafiando o ato social de ser arqueólogo/arqueóloga no Brasil contemporâneo? Em silêncio é que não está. Situações de desafio é que não faltam. Recentemente, aqui no Estado, em Porto Alegre, a Arqueologia foi solicitada a dar conta de demandas oriundas de uma circunstância, ainda não resolvida, que envolve um grupo de Kaingang que insistem em ancestralidade que legitimaria a ocupação, por eles, do Morro do Osso.<sup>8</sup>

Outros casos. Aí, bem na frente onde vocês estão morando e trabalhando, na ilha de Marajó. Schaan (2006) nos consta sobre o caso da cultura marajoara. Fala de um público que reconhece a autoridade e a legitimidade da pesquisa científica realizada na ilha. Salienta, desse modo, que "... inconscientemente ou não, o público absorve e veicula a informação científica de acordo com suas necessidades e expectativas. (...) o público apodera-se da reconstituição deste passado agregando sua própria interpretação" (Schaan 2006:23).

Neves (2006) relata sobre o que ele denomina de problema ainda não resolvido, em Manaus. Numa praça do centro histórico desta cidade foram escavadas urnas funerárias. Tal situação instigou intenso debate envolvendo índios, arqueólogos e o poder público no sentido de definir com quem ficaria a guarda definitiva destas urnas. Segundo Neves (2006:74): "...embora não haja evidências de conexão histórica direta entre os índios que ocupavam a região de Manaus há cerca de

1300 anos e os mais de 20.000 índios que hoje ali vivem, o próprio surgimento de um debate sobre o tema é mais uma evidência do início de nova época no relacionamento entre índios e arqueólogos".

Em Minas Gerais, professores indígenas estão marcando um possível fazer arqueológico próprio e a partir de princípios por eles apontados. "... obviamente muito diferentes dos que regem os acadêmicos formados pela sociedade dominante", nos relata Prous (2006:12).

Recentemente circulou pela internet um texto que Robrahn-González intitulou de "Nota de Esclarecimento" (Robrahn-González 2006). Esta extensa nota foi escrita com a finalidade fornecer esclarecimentos sobre equívocos e acusações inconsistentes oriundas de um antropólogo contra um trabalho de arqueologia contratada que vem sendo realizado no vale do rio Culuene, no estado do Mato Grosso. No final da nota, diz Robrahn-González (2006:29): "Nossa postura não é a da fragmentação da ciência (Antropologia *versus* Arqueologia?), tampouco o aumento da distância entre "ciência de contrato" e "ciência acadêmica". Lidamos, inevitavelmente, com conflitos políticos intrínsecos à prática contemporânea das Ciências Sociais".

Pois, então, amigos agora amazônicos, estes são alguns casos que demonstram que de parte do social e do político, na realidade brasileira contemporânea, não faltam desafios para o engajamento de uma Arqueologia socialmente comprometida. Resta apenas dirigir o leme para os rumos do Mesmo ou do Outro de acordo com o gosto dos cientistas da Arqueologia. Ficar na bubuia, não é mais possível.

Bem, queridos amigos. Esta carta já está longa demais. Vou ficando por aqui. Só mais um finalmente. Saibam vocês que na base de tudo o que aqui lhes escrevi está um desafio que se apresenta para mim. Como já lhes contei, em outra carta, a Universidade de Caxias do Sul, de parte do Gabinete do Reitor, me intimou a colocar a Arqueologia em movimento e com projetos ambiciosos.

(8) Circula, por agora, via internet, um abaixo-assinado intitulado "SETE VEZES NÃO a ocupação do Morro do Osso!". No primeiro parágrafo deste documento consta o seguinte: "Há mais de dois anos arqueólogos e advogados não conseguem seque uma pequena prova de que o Parque Natural do Morro do Osso tenha sido realmente um cemitério indígena. Nenhuma prova foi apresentada de que os Kaingangs estariam ligados a correntes migratórias que se instalaram na bacia do Guaíba em nossa pré-história". ([www.dpi.com.br/morrodoosso/](http://www.dpi.com.br/morrodoosso/) - consultado em 14.11.2006).

Ambição não é minha praia. Muito menos dentro da academia, com seus mandarinatos institucionais assentados e com seus sátrapas de plantão disputando lugares de poder. O movimento me atrai. Ainda estou nas dores de elaboração de futuro projeto que contemplara temática relacionada com a imigração italiana na Serra Gaúcha. Mas, quero dizer a vocês, que esta longa carta é como uma exposição de motivos para estar alerta em não me enlamear nos movediços da Arqueologia do Mesmo. Estou aberto e confiante em relação às provocações e incitações advindas

de uma Arqueologia do Outro e que esteja enleada num engajamento social e político nos fazeres que me aguardam.

Queridos João e Mariana, fico por aqui. Logo mais, conforme vocês anunciaram, poderemos estar juntos novamente, nas proximidades de nossos corpos, cheiros e olhares para nossas saborosas conversas. Regadas a chimarrão e a cachaça, evidentemente.

Beijos e abraços, deste bugre velho macunaímico aqui do sul,

José Alberione dos Reis.

**Abstract:** Putting together broken things from the past. It can be done by the same, square fashion, locked into academic and scientific sayings. No authorship, no social commitment. It can be done through the other, elliptic fashion, inclusive, reflexive, explicit authorship, social and political commitment and, also, applying theories and methods of the scientific and of the academic. Different makings, therefore.

**Keywords:** archaeology; public archaeology; social commitment

## Bibliografia

- BENVENISTE, E.  
1995 *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, Pontes.
- BEZERRA DE ALMEIDA, MÁRCIA  
2003 O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. Goiânia, *Habitus*, v.1, n.2, jul/dez: 275-295.
- CABRAL, MARIANA PETRY.  
2005 *Sobre coisas, lugares e pessoas: uma prática de caçadores coletores do Sul do Brasil*. Porto Alegre, PUCRS. (dissertação de mestrado)
- CORACINI, MARIA J.  
1991 *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas, Pontes.
- DESCOLA, P.  
2005 On anthropological knowledge. In: *Social Anthropology*, 13 (1): 65- 73.
- HOUAISS, A. ET AL.  
2001 *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- FERREIRA, MARIA C. L. (COORD.).  
2001 *Glossário de Termos do Discurso - Análise do Discurso*. Porto Alegre, UFRGS/Instituto de Letras.
- FIORIN, JOSÉ L.  
2004 Bakhtin e a concepção dialógica da linguagem. In: Abdala Junior, B. (org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo, Boitempo.
- FOUCAULT, M.  
1998 *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola.
- FUNARI, PEDRO PAULO A.  
2002a A Arqueologia pública na América Latina e seu contexto mundial. In: *Fronteiras - Revista de História*, Campo Grande, UFMS/PPG em História, vol. 6, nº 11: 87-96.  
2002b Arqueologia latinoamericana y su contexto histórico: la Arqueologia pública y las tareas del quehacer arqueológico. Comunicação apresentada na IIIª Reunión In-

- ternacional de Teoría Arqueológica em Sudamérica*, Colômbia. (webtexto)
- FUNARI, P.P. E PELEGRINI, S.C.A.  
2006 *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FUNARI, P.P. E ROBRHAN-GONZÁLEZ, E.  
2006 Editorial. *Revista Arqueologia Pública*. São Paulo, nº1: 3.
- GILCHRIST, ROBERTA.  
2005 Introduction: scales and voices in world historical archaeology. In: *World Archaeology*, 37 (3): 329-336.
- GNECCO, C.  
2001 La arqueología como discurso regulador. *Comunicação apresentada na XIª Reunião Científica da SAB*. Rio de Janeiro (publicação no prelo).
- HALL, MARTIN.  
2001 Social archaeology and the theatres of memory. In: *Journal of Social Archaeology*, vol 1 (1):50-61.
- HODDER, IAN.  
2003 Archaeological Reflexivity and the "Local" Voice. In: *Anthropological Quarterly*. Vol. 76, nº 1: 55 a 69.
- INDURSKY, FREDA.  
1997 *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, Ed. UNICAMP.
- JAPIASSÚ, H. E MARCONDES, D.  
1996 *Dicionário básico de Filosofia*. 3ª. edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LIMA, TANIA ANDRADE.  
2002 Os marcos teóricos da Arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVIII, nº 2: 07-23.
- LÓPEZ-AGUILAR, FERNANDO.  
2002 La noción de patrimonio entre lo local y lo global, una Mirada al patrimonio cultural arqueológico. In: *Revista de Arqueologia Americana*. 21: 155-169.
- MATTHEWS, C.N.  
2004 Public Significance and Imagined Archeologists: Authoring Pasts in Context. In: *International Journal of Historical Archaeology*. Vol. 8, nº 1, 01 a 25.
- MCMANAMON, FRANCIS P.  
2000 Archaeological messages and messengers. *Public Archaeology*, v.1: 5-20.
- MESKELL, LYNN.  
2002 The Intersections of identity and Politics in Archaeology. In: *Annu. Rev. Anthropol.* 31: 279-301.
- MROZOWSKI, S. A.  
1999 Colonization and the Commodification of Nature. In: *International Journal of Historical Archaeology*, vol. 3, nº 3: 153-166.
- NAJJAR, R.  
2002 Arqueólogos e comunidade: parceiros ou rivais? In: *Revista de Arqueologia Americana*. Nº 21, 173 a 190.
- NEVES, EDUARDO GÓES.  
2006 *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- OLIVEIRA, JORGE EREMITES.  
2002 Arqueologia pública, universidade pública e cidadania. In: *Fronteiras - Revista de História*, Univ. Fed. de Mato Grosso do Sul, vol. 06, nº 11: 41-58.
- ORLANDI, ENI.  
2000 *Análise de Discurso - princípios & procedimentos*. Campinas, Pontes.
- ORLANDI, ENI P. ET ALL.  
1989 *Vozes e contravozes - discurso na Cidade e no Campo*. São Paulo, Cortez.
- PEARSON, M. AND SHANKS, M.  
2001 *Theatre/Archaeology*. London, Routledge
- PROUS, ANDRÉ.  
2006 *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- RIBEIRO, RENATO J.  
2003 *A universidade e a vida atual - Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro, Campus.
- ROBRHAN-GONZÁLEZ, E.  
2006 *Nota de esclarecimento – Programa de diagnóstico antropológico e de patrimônio cultural da PCH Parantinga II*. Documento divulgado pela internet, através de e-mail: arqueo@terra.com.br. (consultado em 04.10.2006).
- SALAZAR PERALTA, ANA M.  
2002 El uso social del patrimonio cultural: el dilema de la ciudadanización. In: *Revista de Arqueologia Americana*, nº 21: 107-121.
- SANDLIN, J. AND BEY, G.J.  
2006 Trowels, trenches and transformation – a case study of archaeologists learning a more critical practice of archaeology. In: *Journal of Social Archaeology*, vol. 6 (2): 255-276.
- SCHAAN, D.P.  
2006 Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara. In: *Revista Arqueologia Pública*. São Paulo, nº 1: 31-48.
- SHANKS, M. AND TILLEY, C.  
1989 Questions rather than answers: reply to comments on Archaeology into the 1990s. In: *Norwegian Archaeological Review*, 22 (1): 42-54.
- SHENNAN, S.J. (ED.).  
1994 *Archaeological approaches to cultural identity*. London, Routledge.

TARLOW, SARAH.

- 2000 Emotion in Archaeology. In: *Current Anthropology*, vol. 41, nº 5: 713-746.

THOMAS, J.

- 1995 Where are we now? - Archaeology theory in the 1990's. In: Ucko, P. (ed.) *Theory in archaeology - a world perspective*. London, Routledge: 343-362.

TILLEY, CHRISTOPHER.

- 1995 Archaeology as socio-political action in the present. In: Pinsky, V. and Wylie, A. *Critical traditions in contemporary*

*archaeology – essays in the philosophy, history and socio-politics of archaeology*. Albuquerque, Univ. of New Mexico Press: 104-116.

UCKO, PETER(ED.).

- 1995 *Theory in archaeology - a world perspective*. London, Routledge.

WOOD, MARGARET C.

- 2002 Moving towards transformative democratic action through archaeology. In: *International Journal of Historical Archaeology*. 6 (3): 187-198.